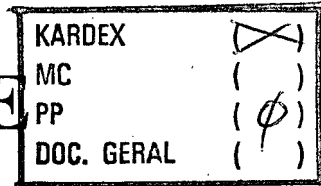


Aconteceu

POLÍCIA PRENDE ASSASSINOS DO ADVOGADO PAULO FONTELES



A violência continua: pistoleiros matam
mais dois trabalhadores no sul do Pará. Pág. 13.



Aumenta a tensão entre garimpeiros e índios em Rondônia

A polícia assiste a invasão cada vez maior no Território Yanomani, e muito pouco faz para evitar o conflito e o roubo do nosso ouro. A repercussão já chegou ao exterior. Pág. 11.

Brasil vive a incerteza de mais um acordo

Novo empréstimo com bancos estrangeiros divide a opinião dos economistas. Pág. 6.

Trabalhadores conquistam mais espaços na Constituinte

Ainda é pouco, mas os avanços foram positivos nesta semana de votação quando a Constituinte aprovou o capítulo dos direitos sociais. Veja os pontos mais im-

Greve em São Paulo paralisa a máquina do estado

Foi uma semana agitada: os funcionários foram para as ruas e praças e pressionaram o governo do estado que res-

Nota da Redação

Aconteceu semanal é uma publicação do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) dedicada ao acompanhamento das lutas encaminhadas por diversos setores populares. As notícias da semana estão agrupadas nas seções Trabalhadores Rurais, Trabalhadores Urbanos, Índios, Educação Popular e Igrejas, que compreendem os programas básicos de atuação do CEDI.

O ACONTECEU trabalha com notícias veiculadas durante a semana pelos principais veículos de comunicação do país (jornais e revistas) vinculadas aos temas básicos dos programas relacionados acima.

E pretensão ainda do ACONTECEU dedicar parte de seu espaço para as informações fornecidas diretamente pelos leitores ou pelas pessoas que atuam direta, ou indiretamente, nestes programas. Assim gostaríamos de contar com a colaboração de todos que igualmente se identifiquem com a nossa proposta, que tem a única e exclusiva intenção de se colocar a serviço dos movimentos populares.

São assinantes do ACONTECEU lideranças indígenas, sindicatos urbanos e rurais e demais órgãos de classe, comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e tantos outros.



**CEDI Centro Ecumênico
de Documentação
e Informação**

Rua Cosme Velho, 98
Fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 963
Telefone: 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Assinatura Anual: Cz\$ 200,00 (Brasil);
US\$ 60,00 (América Latina);
US\$ 85,00 (América do Norte);
US\$ 100,00 (Europa, Ásia e África).

Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para CEDI-RJ

Editor:
Xico Teixeira
Produção Gráfica:
José Truda Jr.
Lúcia Carrera
Fotolitos e impressão
Tribuna da Imprensa

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias
veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual Cz\$ 100,00

América Latina US\$ 20 América do Norte US\$ 60 Europa, África e Ásia US\$ 75

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

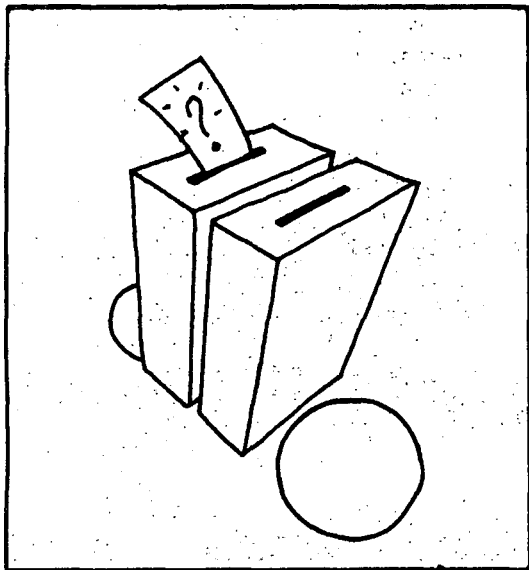
Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o
CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98 — fundos — CEP 22241

Conselho de Publicações

Xico Teixeira
Marcus Vinícius Grod
Borges
Neide Esterci
Sérgio Allí
Vera Maria Masagão Ribeiro
Anivaldo Padilha

Ary da Costa Pinto
Carlos Alberto Correia da
Cunha
Carlos Alberto Ricardo
Helôisa de Souza Martins
Henrique Pereira Júnior
Jather Pereira Ramalho
(coordenador)

Últimas emendas aprovadas pelo Plenário



A idéia de se implantar no Brasil o pluralismo sindical foi rejeitada por

305 votos contra 148 pelo plenário da Constituinte, em votação no dia 1º de março. O texto aprovado manteve a unicidade, ou seja, a proibição de que seja constituída mais de uma organização sindical representativa da categoria profissional ou econômica na mesma base territorial.

Na mesma pauta de votação foi aprovado o direito de greve nos mesmos moldes da legislação atual. Com a aprovação de ontem, entretanto, o direito de greve passa a ser um preceito constitucional, deixando para a lei ordinária apenas a manutenção dos serviços essenciais e os casos cabíveis em que se verifiquem abusos.

Com estas votações ficou encerrado o capítulo 7º, que trata dos Direitos Sociais e passa a ser votado o capítulo 8º, dos direitos políticos.

Para a Contag, redução é conquista

Embora a reivindicação dos trabalhadores fosse de 40 horas semanais, José Francisco da Silva, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), disse em Brasília que a decisão da Constituinte de reduzir de 48 para 44 horas semanais a jornada de trabalho "é um avanço". Segundo José Francisco, o problema não está aí, mas

sim no acordo entre o lugar, como garantia de permanência no emprego, a indenização ao trabalhador por parte da empresa que o demite sem justa causa. E explica: não será o aumento da indenização paga pela empresa de 10% do FGTS, como ocorre hoje, para 40% que impedirá o empresário de demitir os seus empregados. (OESP - 25/02/88)

Principais avanços dos trabalhadores na Constituinte

O mês de fevereiro na Constituinte foi fechado com a votação que garantiu os mesmos direitos de todo trabalhador à empregada(o) doméstica(o) que passa a ter acesso a FGTS, férias, 13º salário e aviso prévio. Além deste avanço, a Constituinte, apesar de ter ainda um saldo negativo para os trabalhadores (que estão em minoria na Assembleia Nacional

ítems importantes que devem ser, pelo menos mantidos. O importante é ficar atento pois todas as votações até agora só vão valer mesmo se aprovadas no segundo turno de votação. Nesse segundo turno, os trabalhadores podem avançar ainda mais, ou perder um pouco do pouco que já conquistaram. É importante estar cada vez mais atento e "em cima" do político da sua região. Olho nele!!!

Principais avanços até agora

O que foi aprovado na Constituinte

Artigo 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

Inciso I - Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos da lei complementar, que preverá indenização compensatória, entre direitos.



Inciso XII - Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a com pensação de horários e a redução da jornada mediante acordo ou convenção de tra-
balho

Inciso XIII - Jornada máxima de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo nego-
ciação coletiva.

Inciso XV - Serviço extraordinário com remuneração no mínimo 50% acima do nor-
mal ou conforme convenção ou acordo co-
letivo:

Como ficará depois da promulgação

Trabalhadores urbanos e rurais passam a ter os mesmos direitos. Mas a igualdade não será absoluta, como pode ser observa-
do no inciso XXVI, que trata da prescri-
ção das ações trabalhistas.

A proibição da despedida arbitrária sig-
nifica que não se pode mandar ninguém
embora por capricho. A despedida deverá
ser fundada numa razão objetiva.
Mas, atenção: se a regra geral é mais
restritiva para a despedida em relação à
legislação atual, estabelece-se maior
flexibilidade para acontecerem as despe-
didas. Entenda que as leis não contêm
palavras inúteis. E nesta há dois crité-
rios de objetividade, as despedidas arbi-
trárias e sem justa causa. O contrário
de sem justa causa é a falta grave, que
dá razão à despedida. E o contrário de
despedida arbitrária é a despedida funda-
da numa razão social plausível ou rele-
vante. Isto seria, por exemplo, retra-
ção de mercado e problemas de ordem téc-
nica. Portanto, supõe-se que o empregador possa despedir em função disso.

A única mudança ao que já existe é a re-
dução para 44 horas de trabalho semanal.

O turno passa a ser de seis horas, trans-
formando-se num preceito constitucional.
As empresas passarão a ter quatro tur-
nos, ao invés de três.

As negociações coletivas de cada catego-
ria com as empresas poderão alterar esta
situação.

A remuneração mínima da hora extra passa
a 50% da hora normal.

**O que foi
aprovado na Constituinte**

Inciso XVI - Gozo de férias anuais remuneradas em, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

Inciso XVII - Licença remunerada à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 120 dias; bem como, nas mesmas condições, licença paternidade de oito dias aos que preencham requisitos fixados em lei. A lei assegurará incentivos específicos para proteção do mercado de trabalho da mulher.

Inciso XXII - Assistência gratuita aos filhos e dependentes até seis anos de idade, em creches e pré-escolas.

Inciso XXIV - Proteção em fase de automação, na forma da lei.

Inciso XXVI - Prazo prescricional de cinco anos contados da lesão de direito originário da relação de emprego, salvo na hipótese da extinção do contrato de trabalho, quando este prazo se esgotará dois anos após o término da relação de emprego. Em se tratando de trabalho rural, a prescrição somente ocorrerá após o decurso de dois anos da cessação do contrato de trabalho.

**Como ficará
depois da promulgação**

Quando o trabalhador sai de férias receberá o salário integral, mais 33% desse valor.

A licença passa para 120 dias e reconhece-se o direito do pai a ajudar sua mulher nos primeiros dias de vida do filho. Lei complementar fixará critérios para a concessão da licença e procurará assegurar o mercado de trabalho para a mulher, já que há riscos de desestímulo ao emprego feminino.

Passa a ser obrigatório e um princípio constitucional. A lei ordinária disporá os critérios para sua aplicação.

Os trabalhadores estarão protegidos contra dispensa ocasionada pela implantação de novas tecnologias. Além disso, a idéia subjacente é de que os trabalhadores passarão a ter participação nos lucros da empresa quando ela passar a utilizar uma nova tecnologia que ocasionará um aumento de produtividade. Estes critérios subjetivos serão definidos em lei.

Agora, a lei diferença entre o urbano e o rural continua. A regra geral para o urbano para reclamar passa a ser: é de cinco anos enquanto estiver no emprego, contando a partir da data em que ocorrer a infração. Além disso, pode fazer a mesma reclamação até dois anos após ter saído do emprego. Exemplo: Suponhamos que uma empresa suprima uma vantagem de um empregado em 1983. A prescrição acontecerá em 1988. Mas, suponhamos, ainda, que em 1987 o empregado saiu da empresa. Poderá reclamar o direito até 1989.

Brasil fecha acordo com bancos e produz dívida maior

O Brasil fechou um acordo preliminar com os bancos credores privados para sua dívida externa. O anúncio foi feito, em Brasília, pelo ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega. O acordo prevê que o Brasil receberá US\$ 5,8 milhões de empréstimos para o refinanciamento dos juros devidos em 1987 e 1988 e parte do primeiro semestre de 1989. O "spread" (taxa de risco) que o país vai pagar será igual ao pago pelo México, de 0,8125% - atualmente o Brasil paga 2,66% de "spread". Outros US\$ 600 milhões relati-

vos a linhas de curto prazo - que financiavam o comércio exterior - seriam repostos pelos bancos. Em Nova York, o Citibank, porta-voz do comitê assessor dos bancos credores do Brasil, divulgou nota oficial sobre o acordo onde informa que o país fará um pagamento de US\$ 700 milhões aos bancos, relativo aos juros da primeira quinzena de janeiro e de fevereiro. O comunicado lembra que o Brasil totaliza assim US\$ 2,7 bilhões pagos aos bancos desde 30 de dezembro de 1987.

(Folha SP - 29/02/88)

Principais pontos do acordo

- Bancos emprestam US\$ 5,8 bilhões para pagamento de juros de 87/88/89.
- Banco paga esta semana US\$ 700 milhões.
- Fixação de spread como o México de 0,8125%.
- Brasil aceita pagar uma comissão, além dos juros e do spread.
- O novo spread não incide sobre a dívida privada. Apenas a pública.
- Bancos concedem novos US\$ 600 milhões de créditos comerciais.

PMDB não gostou e diz que é um retrocesso

O PMDB recebeu com muitas críticas o acordo sobre a dívida externa acertado em Washington entre os negociadores brasileiros e os credores internacionais. Para o senador Severo Gomes (SP) e o deputado Fernando Gasparian (SP), dois dos principais especialistas do partido na questão, o acordo pelo ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, representa um retrocesso para o país e não trará nenhum alívio duradouro para a nossa economia.

Para Gasparian, o Brasil cometeu um erro seríssimo, porque antes mesmo de o acordo ser assinado, pagará os juros atrasados com os dólares de suas reservas, enfraquecendo ainda mais sua posição na mesa de negociações. "É a mesma conversa de sempre, de que precisamos mostrar boa vontade. Só que os banqueiros estão negociando com uma dureza cada vez maior. Quan-

to mais a nossa situação aperta, mais eles tiram vantagem", disse.

Assessor vê risco maior

"Não há como festejar um acordo em perspectiva de conclusão, quando percebemos que o Brasil vai para a faze final de negociação com a intenção de comprometer previamente suas reservas cambiais", afirmou o economista, professor da Universidade de Brasília e principal conselheiro para assuntos econômicos do MUP - movimento de esquerda do PMDB, Dércio Garcia Munhoz.

A revelação feita pelo ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, de que o Brasil pagará US\$ 930 milhões de juros até março, com recursos retirados da reserva, foi considerado por Munhoz "o ponto mais importante" do comunicado "por revelar o risco do país se submeter pela fragilida-

“Não existe liberdade sem igualdade”

Fidel discute com jornalista na TV americana

O presidente de Cuba, Fidel Castro, afirmou que os grupos de defesa dos direitos humanos que existem na ilha jamais serão legalizados porque em Cuba não há violação e nem há oposição: todos são revolucionários. Numa entrevista à jornalista americana da rede NBC, Maria Shriver, sobrinha do presidente Jhon Kennedy, Castro polemizou com ela sobre o conceito de liberdade na visão socialista e na capitalista.

Shriver perguntou a Fidel Castro o que significava liberdade para ele:

— É o que o nosso povo tem hoje: a dignidade, os direitos que nosso povo tem, a honra, os princípios, os valores morais, a idéia de unidade, a solidariedade, a fraternidade, a verdadeira liberdade. Você não vai me dizer que, nos Estados Unidos, o milionário e o mendigo têm a mesma liberdade, que os que têm milhões no banco são iguais aos que dormem na rua em Nova Iorque. Onde está a liberdade dos negros, dos hispânicos, dos explorados, dentro dos Estados Unidos? — indagou Castro.

Liberdade

Shriver disse que, nos Estados Unidos, mendigos e milionários têm a mesma liberdade de expressar opiniões, de criticar o governo e Castro rebateu que “não pode haver liberdade onde não há igualdade, não pode haver democracia onde não há igualdade”.

A jornalista insistiu no argumento da liberdade de expressão de pobres e ricos e Castro perguntou: “Tudo bem. Onde? Nunca vi um mendigo falar nas grandes cadeias de televisão dos Estados Unidos”, respondeu ele, provocando a repórter a seguir.

— Se os donos da estação NBC não quiserem, você não faz o programa. Você não é dona do programa, só trabalha nele enquanto os donos da empresa permitirem e você chama a isso de liberdade? — afirmou Castro na entrevista que durou três horas e foi transmitida na íntegra pela televisão cubana. A NBC americana levou ao ar uma versão reduzida de 10 minutos no programa On Sunday Tonight.

Solidariedade

Fidel Castro atacou os grupos de defesa dos direitos humanos dizendo que “quatro gatos instigados pelos Estados Unidos” não podem ser classificados de Oposição, chamando-os de “uma organização de mentirosos e caluniadores”. Castro provavelmente se referia aos grupos dirigidos pelos ex-presos políticos Ricardo Bofill e Elizardo Sanchez.

O presidente cubano também justificou o apoio que concede à guerrilha salvadorenha, a quem chamou de “admirável” e de “os revolucionários que mais admiro no mundo”. Castro diz que apoiará um acordo de paz que saia de negociações entre governo e guerrilha em El Salvador, mas enquanto isso não acontecer continuará prestando a ajuda que definiu como “fundamentalmente política e moral”. (JB 29/02/88)

BIRD nega participação em violação ambiental

O Banco Mundial (BIRD) rejeitou como infundadas as denúncias sobre sua suposta cumplicidade ou participação em episódios de violação ambiental na construção de represas do complexo Altamiraxingu, que lhe foram dirigidas na semana passada por duas organizações conservacionistas americanas. As críticas foram corroboradas por dois índios da tribo dos Kaponas, trazidos a Washington pelo

Environmental Defense Fund e pela National Wildlife Federation.

O BIRD esclareceu que não financiou, não tem planos de financiar nenhum projeto hidroenergético na Amazônia nem contribuiu para tais projetos quando concedeu o primeiro empréstimo setorial elétrico para o Brasil, de US\$ 500 milhões, em junho de 1986. (Gazeta Mercantil - 12/02/88)

ACONTECENDO

Saindo à força

Cerca de 20 homens da Companhia Independente de Polícia Militar e quatro oficiais de Justiça iniciaram no dia 25 o despejo de 72 famílias de lavradores do Mutirão Sol da Manhã, no Estado do Rio. A Associação do Mutirão ameaça organizar um protesto e fechar a Via Dutra ou acampar em frente a Delegacia Regional do Ministério da Reforma Agrária, caso os despejos continuem. (O Globo - 26/02/88)

CUT recua

A CUT resolveu atenuar os cartazes feitos contra os parlamentares do Centro.

A partir de agora, em vez do "Procurados - Traidores do Povo", os cartazes terão a seguinte frase: "Eles se elegeram com seu voto e estão votando contra você". (Painel FSP - 29/02/88)

Bloqueio peemedebista

Interessados desde janeiro em apurar a verdadeira dimensão do massacre da PM paraense contra garimpeiros de Serra Pelada, o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) não conseguiu até agora criar sua CPI.

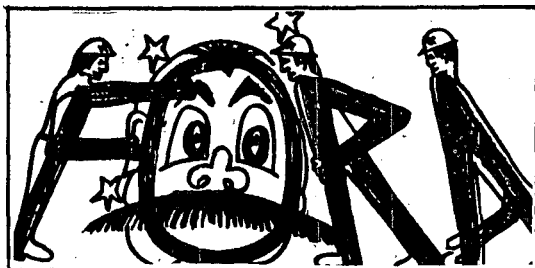
E acusa a liderança do PMDB na Câmara de estar bloqueando o início das investigações.

Hélio Gueiros, o governador do Pará, pertence àquele partido. (Painel FSP - 29/02/88)

Verdes mares

A organização ambientalista "Greenpeace International" enviou telegrama ao governo brasileiro, congratulando-se com a decisão de sustar a pesca da baleia.

Colaboração do leitor



Administração rediofônica

O deputado Alcení Guerra (PFL-PR) criticou, em Curitiba, a "falta de administração" do governo Sarney.

"Atualmente, o único programa que o presidente tem é o do rádio, disse."

Sarney, segundo Alcení, está "preocupado apenas com o mandato de cinco anos". (Painel FSP - 29/02/88)

Ignorância

Logo após ser aprovada a licença paternidade (que dará direito ao pai de ficar 8 dias com a esposa quando tiver um filho) surgiram as opiniões mais diversas. Desde o aplauso incontestado de quem assume integralmente o que se chama paternidade até as mais ridículas interpretações de quem só pensa na exploração do trabalho assalariado.

Nesta última categoria se enquadra o Diretor do Departamento Intersindical das Indústrias de São Paulo (FIESP), Roberto Della Manna, para quem a Constituinte está aprovando garantias que deveriam ser objeto de regulamentação em lei ordinária.

Para este senhor, a garantia mais absurda é a licença paternidade porque, segundo disse, "no Brasil homem nenhum fica com sua companheira após o parto".

- Acho que esta proteção foi baseada nos costumes indígenas, vociferou o diretor.

Mais uma vez, dizemos nós, nossos

Na boca do lobo

Contribuir para desfazer informações e interpretações distorcidas sobre o trabalho pastoral das CEBs e o significado da Teologia da Libertação é a grande tarefa do frei Leonardo Boff, um dos principais convidados da Escola Superior de Guerra para uma palestra sobre Igreja neste mês de março.

A ESG é uma das principais formuladoras das políticas governamentais com base na ideologia da segurança nacional e tem no ex-ministro Golbery do Couto e Silva o seu grande idealizador. Nos tempos da ditadura a ESG teve papel mais destacado, sendo o instrumento utilizado pelos militares para incutir nos civis (eleitos entre as lideranças comunitárias) a doutrina de segurança pretendida. Hoje, é a Escola Nacional de Informação o centro de elaboração da política de inteligência do regime. Suas atividades são desconhecidas, em grande parte, pelos três poderes...

Aplausos

O relator do Congresso constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), diz ser sintomático um episódio de ontem, sobre a autonomia que os constituintes acreditam ter para deliberar sobre o mandato de Sarney.

Trata-se do momento em que Ulysses Guimarães foi aplaudido de pé, quando, durante a instalação dos trabalhos do Congresso, o ministro-chefe da Casa Civil, Ronaldo Costa Couto, mencionou seu nome. (Painel- 02/03/88)

Estilo de governo

De Carlito Maia, filósofo popular petista:

"Sarney governa por telepatia."

Encontro Nacional para o Campo será em abril

O secretariado da Direção Nacional do PCB convocou para os dias 23 e 24 de abril, em Olinda (PE), um Encontro Nacional para o trabalho no campo, do qual participarão, além dos comunistas, vários aliados, personalidades e estudiosos do setor rural. O Encontro visa formular um projeto político de atuação dos comunistas no campo, indicar à Direção Nacional nomes para compor o Departamento Nacional de Campo do PCB e, ainda, definir um projeto de regimento de funcionamento para este Departamento. (Voz da Unidade- 25/02/88)

Conselho de amigo

Até há meses considerado um dos amigos mais íntimos de Sarney, o senador Luís Viana (PMDB-BA) foi cáustico:

"O presidente é o maior responsável por tudo o que acontece no país. E precisa ser mais tolerante às críticas." (Painel FSP - 29/02/88)

Escorregou

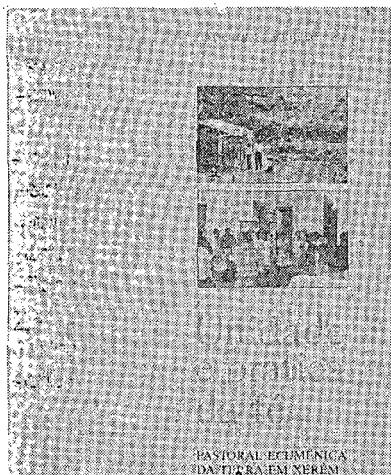
O secretário-geral da Confederação Francesa Democrática dos Trabalhadores, Edmond Maire, cometeu ontem uma pequena gafe sindical - e nem percebeu.

No afã de demonstrar total entrosamento com a Central Única dos Trabalhadores - aliás, a CFDT foi a primeira central sindical a reconhecer a existência da CUT - disse que como os companheiros brasileiros a entidade a que pertence defende o direito de greve, uma exceção feita para os setores da Polícia e Forças Armadas.

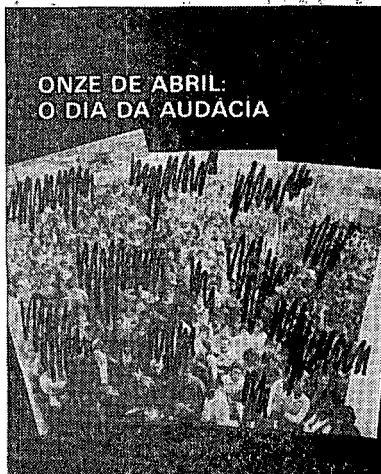
Os representantes da CUT engoliram em seco. Recentemente deram todo o apoio à greve dos policiais militares em São

PUBLICAÇÕES — CEDI

Últimos lançamentos na área de Pastoral e Meditações



UNIDADE E PRÁTICA DA FÉ — PASTORAL ECUMÊNICA DA TERRA DE XERÊM (Cadernos do CEDI nº 17). Cz\$ 300,00. Esse caderno busca com a conjugação de informações de diferentes interlocutores relatar e trazer questões sobre a prática da Pastoral Ecumênica da Terra; organizada pelas Igrejas Metodista e Católica em Xerêm, Duque de Caxias, RJ.



ONZE DE ABRIL: O DIA DA AUDÁCIA (Cadernos do CEDI nº 18). Cz\$ 300,00. Resultado do mutirão entre ocupantes editores e o CEDI, é o relato em 78 páginas da ocupação do conjunto da COHAB em Alvorada-RS.



PERIFERIA: DESAFIO À UNIDADE (Cadernos do CEDI nº 16). Cz\$ 200,00. Outra publicação do sul do país, registra a experiência das Igrejas Metodista, Episcopal e IECLB (Luterana) na implantação de uma Pastoral Ecumênica de Periferia.



EVANGELIZAÇÃO NO BRASIL DE HOJE (Günther Barth), 86 páginas, Cz\$ 250,00. Aborda um tema de evangelização à luz da Teologia da Libertação. Reflete sobre os desafios que se colocam para a Igreja numa realidade de miséria e opressão.

A EXPERIÊNCIA DA FÉ — VARIAÇÕES SOBRE O HOMEM DA BÍBLIA (Júlio Barreiro), 171 páginas, Cz\$ 350,00. O Autor, cientista político, uruguaio e metodista, passeia pelas páginas bíblicas suas reflexões de uma simplicidade encantadora sobre a figura humana daqueles que buscam o Reino de Deus e a sua justiça. Não se trata sobre personagens na Bí-



blia, mas sobre o tipo de ser que a fé bíblica produz (da Bíblia).

Você pode comprar qualquer dessas publicações com
10% de desconto até 31 de março.

Faça seu pedido através de cheque nominal ao CEDI:

São Paulo — Av. Higienópolis, 983, CEP. 01238, São Paulo, SP
Rio — Rua Cosme Velho, 98-fds, CEP. 22241, Rio de Janeiro, RJ.

Ou adquira-os na rede de distribuição das

EDITORAS VOZES SINGRA

Deputados italianos exigem defesa dos Yanomani

Um grupo supra partidário do Parlamento italiano subscreveu, dia 25 de fevereiro, uma interpelação urgente ao ministro das Relações Exteriores, da Itália, a respeito da invasão garimpeira na área Yanomami, em Roraima, no Brasil, que coloca em grave risco a sobrevivência da quele povo indígena.

Na interpelação, assinada por 197 deputados, o ministro brasileiro é alertado sobre a possibilidade de um genocídio e o fechamento da área para os missionários que atendiam os índios. Segun-

do a nota, os jornalistas também estariam limitados em seu trabalho de mostrar o que acontece na região.

Os deputados acentuam na interpelação "o horror da opinião pública italiana com esse terrível acontecimento" que, diante da inércia do governo brasileiro, "poderia prejudicar a profunda e tradicional amizade entre os dois países, marcada por recentes acordos econômicos". Assina a nota o deputado Onorevole Ettore Masina, da Esquerda Independente.

É muito tímido o plano de emergência em Roraima

O Plano de Emergência Índio-Garimpeiro passou a vigorar esta semana, numa operação conjunta que, entre outras coisas, visa a bloquear a entrada de novos garimpeiros na área indígena Yanomami, em Roraima. Para garantir a segurança no local, o governo de Roraima enviou um contingente policial constituído de um cabo e quatro soldados que são auxiliados por funcionários da Funai, instalados no posto indígena Paa-Piu, no município de Alto Alegre, que verificam a chegada de todas as aeronaves no local, anotando os prefixos e os envia para a PM da capital.

O plano passou a ser executado a partir da assinatura de um convênio entre a Fundação Nacional do Índio e o governo do Território de Roraima, com o objetivo de evitar conflitos entre os índios e os garimpeiros da região.

(Tribuna da imprensa - 11/02/88)

Pequeno contingente

Estão proibidas pelo "Plano de Emergência", a entrada de novos garimpeiros e de mulheres no local é sabido, no entanto, segundo informações do administrador da Funai em Boa Vista, Esmeraldino Silva Neves, que inúmeros garimpeiros chegam diariamente, sem que o pequeno contingente da Polícia Militar possa impedir" é preciso que os governos federal e municipal tomem conhecimento da situação e enviem um contingente maior de policiais militares e federais no local, caso contrário a situação ficará incontrolável em curto espaço de tempo".

Esmeraldino denuncia ainda a entrada de maquinário em área indígena, que serve para o trabalho nos garimpos. Como somente até o momento o posto indígena Paa-Piu tem vigilância policial, os garimpeiros contratam pilotos para pou-sar na "nova" pista, próxima ao garimpo Cambalacho, de difícil acesso. Segundo o administrador, as máquinas têm contribuído para poluir ainda mais o rio Couto Magalhães, que serve a todos os que vivem na região, principalmente os índios. (Correio Brasiliense - 11/02/88)

Equipe da Funai apura matanças de índios

Uma equipe da Funai, composta de dois antropólogos e dois tripulantes partiu de Manaus rumo ao rio Piranha, no município de Tapauá para averiguar denúncia de massacre de índios Mariman. A informação foi prestada pelo substituto do superintendente da Funai no Amazonas, José Ribamar Caldas Filho.

A área de 91 mil 840 hectares está interditada desde o ano passado, quando foi feita a denúncia pelo Cimi, explicou José Ribamar, "mas só agora é que podemos mandar a primeira equipe para fazer levantamento e colher informações no local, uma vez que aquela localidade esta-

va sob jurisdição da 8ª Delegacia da Funai, em Porto Velho".

Segundo José Ribamar, eram 10 índios, sendo 6 adultos e quatro crianças. Os adultos, conforme informações que obteve, desapareceram e as crianças foram encontradas pelos ribeirinhos da região na beira do rio Piranha, onde vivem até hoje.

O levantamento a ser feito pelos antropólogos levará cerca de um mês, quando então a Funai poderá explicar o aparecimento de 2 corpos destrocados no fundo do rio. (Correio do Brasil-20/02/88)

Funai renova convênio com a Vale do Rio Doce

Com a renovação do convênio firmado entre a Fundação Nacional do Índio - Funai - e a Companhia Vale do Rio Doce - CVRD -, cerca de 13 mil índios que habitavam a zona de influência do Projeto Carajás - 900 mil quilômetros quadrados -, serão beneficiados, até o final deste ano, com projetos nas áreas de atividades produtivas, saúde e saneamento básico.

Assinado em junho de 1982, o Convênio Funai/CVRD prevê, o término de seis anos e meio de vigência, a aplicação de US\$ 13,6 milhões para a implantação de projetos sócio-econômicos nas comunidades indígenas localizadas na zona de in-

fluência do Projeto Carajás, englobando os Estados do Pará e do Maranhão e dividido em 23 áreas. A princípio, o convênio deveria expirar em junho de 87, mas foi estendido, em comum acordo, até o final de 88.

Segundo o coordenador executivo do Convênio, Idalécio Moreira, o plano de atividades programado para este ano tem como prioridade a demarcação das áreas indígenas e o desenvolvimento do Programa de Preservação Ambiental, além de alocar recursos para a execução de projetos de atividades, produtivas, saúde e saneamento básico.

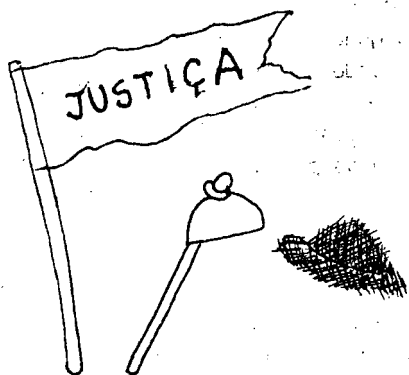
Fazenda do Anil pedida por antigos invasores

Cerca de 50 invasores da Fazenda União, no bairro do Anil, em Jacarepaguá - Rio de Janeiro - reuniram-se no dia 25 último com o subsecretário de Assuntos Fundiários do Estado para pedir a aceleração do processo de desapropriação da Fazenda. Eles haviam sido expulsos da fazenda há oito anos pelo proprietário e se instalaram nas imediações. Com as enchentes, porém, perderam suas casas

e voltaram à Fazenda União, sendo expulsos no mesmo dia pelo proprietário com a ajuda de soldados da PM.

O Subsecretário prometeu que na próxima semana o processo de alteração do decreto para desapropriação do terreno - iniciado no Governo passado - irá para a Justiça, a fim de que possa ser depositada em Juízo a indenização sobre o valor das terras. (O Globo - 26/02/88)

Preso o fazendeiro que mandou matar Paulo Fonteles



A polícia civil apresentou à imprensa os acusados do assassinato do ex-deputado e advogado de posseiros Paulo Fonteles de Lima. O crime, ocorrido na manhã do dia 11 de junho do ano passado, abalou a opinião pública paraense por ser a vítima um dos mais atuantes advogados de posseiros no Pará, com vasta atuação em favor de sindicatos de trabalhadores rurais em todo o Estado. Ao ser morto, Paulo Fontelles, que não conseguiu se eleger deputado federal pelo PMDB em 1986, era membro do Partido Comunista do Brasil, partido ao qual se havia filiado pouco antes de junho.

Segundo o delegado Bertolino Neto, o mandante do crime foi o comerciante da cidade de Capanema, Jesiel Rodrigues Martins e os assassinos foram um filho de Jesiel, Esloñ Aguiar Martins, um empregado de Jesiel, Arnaldo Cavalcante Cutrin e um "capanga" do comerciante, Alfredo Remígio Ferreira, conhecido como "gaguinho".

A polícia não revelou com exatidão os motivos do crime nem como chegou aos criminosos, só confirmando que uma equipe de policiais estava na pista de Jesiel desde novembro passado.

No seu depoimento, "gaguinho" acusou de ter participação também no assassinato do ex-deputado o motorista José Antônio Lima de Sousa, que dirigia a camionete "Pampa" no momento do atentado, no posto de gasolina "Marechal", da rodovia BR - 316, município de Ananindeua e confirmou as ligações do mandante do crime, comerciante Jesiel Rodrigues com o empresário Francisco Fonseca, dono da empresa de navegação Jonasa e que já vinha sendo apontado há bastante tempo, pela família de Fonteles, como possível mandante.

Mais dois trabalhadores rurais assassinados em Redenção, no Pará

A violência continua no Sul do Pará. Na semana passada, foram encontrados os corpos de dois lavradores que foram mortos na tarde do dia 22 de fevereiro. Eram os irmãos José Francisco Martins e Manuel Francisco Martins que moravam na área de conflito onde mais de 25 famílias reivindicam o direito de posse. Os dois lavradores foram mortos dois dias depois que haviam resistido à ordem de despejo executada por pistoleiros e soldados da Polícia Militar.

José tinha 43 anos e cinco filhos,

e morava numa casa simples, igual a todos os outros lavradores. A casa foi queimada pelos pistoleiros no dia 22 e a rede onde estavam estava cortada. No dia em que a polícia foi à região na pretensão de despejar os colonos, das 25 famílias foram desalojadas exatamente as 5, que não constavam da ordem de despejo.

O conflito na área já se estende por mais de dois anos e o pretense dono da fazenda é o casal Acioly José Teixeira e Wilma José Teixeira, que moram em Goiânia e praticamente nunca aparecem na

Morte de sindicalista aumenta a tensão entre trabalhadores rurais e UDR no Espírito Santo

Todos os bispos católicos do Estado do Espírito Santo participaram, no último dia 12, da celebração da missa de sétimo dia do sindicalista Francisco Domingos Ramos, assassinado a tiros após participar de uma reunião preparatória a uma grande manifestação sobre a Reforma Agrária, que aconteceria no dia 9, em Pancas.

Francisco Ramos era Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pancas e vice-Presidente da CUT Regional Norte I, do Espírito Santo. Recentemente, o líder sindicalista havia denunciado as ameaças de morte que vinha recebendo do fazendeiro José Breda. Até agora, no entanto, a polícia prendeu apenas o sub-delegado de Polícia de Pancas, João Ramos, e o cabo da PM, Waldir Freitas, por envolvimento no assassinato.

Federação do Maranhão denuncia morte de agricultor

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Maranhão denunciou no dia 25 de fevereiro a morte do lavrador João Batista Campos, ocorrida na Fazenda Monte Alverne, na cidade de Santa Luzia. A entidade acusou o fazendeiro Alzenir Castro Nobre de mandante do crime e de ter feito o enterro ilegal do corpo na própria fazenda, com ajuda de policiais.

Trata-se da segunda morte ocorrida na fazenda. No dia 6 de janeiro, policiais lotados no município de Pindaré, invadiram a fazenda e queimaram as casas das 23 famílias que moram na área. Intoxicada pela fumaça uma criança morreu.

Com esse, já são quatro as vítimas dos conflitos por questões de terra no Maranhão, este ano. (JB - 25/02/88)

A morte de Francisco Ramos ocorre no momento em que a UDR do Espírito Santo divulgava, em todo o Estado, um manifesto em que critica a ação da CUT, do PT, dos partidos comunistas e de alguns padres que eles não consideram pertencer à Igreja. A UDR está inclusive processando o bispo d. Aldo Gerna, de São Mateus, e mais 10 religiosos e agentes de pastoral, sob a acusação de incentivar a ocupação de latifúndios na região Norte do Estado.

O principal suspeito de ter sido o mandante da morte do sindicalista, o fazendeiro José Milton Breda, é sobrinho de Acrino Azevedo Breda, que, segundo a Comissão Pastoral da Terra, foi mandante da morte de "Benezinho" Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tomé-Açu, no Pará, a 4 de julho de 1984.

Prédio da Chesf é tomado por colonos

Mais de 500 moradores dos sete municípios localizados na área onde será formado o lado de Itaparica ocuparam em Petrolândia, o Departamento de Implantação do Reservatório, divisão da CHESF responsável pela remoção dos habitantes da região para as agrovilas construídas pela empresa.

Segundo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco, a manifestação dos moradores visa a força a negociação com a Chesf e retardar a inundação da área, que começou na semana passada. As 2.500 famílias que ainda se encontram no local desconfiam da demora da Chesf em removê-los para as agrovilas e do não pagamento de algumas indenizações. Os manifestantes dizem que só sairão do escritório quando estes proble-

Rodoviários fazem greve em Brasília por aumento imediato de 50%

Acostumados a pagar caro por um transporte coletivo ruim, os brasilienses começam a conviver, pela segunda vez em quatro meses, com a greve dos rodoviários, que reivindicam reajuste salarial de 50% e ameaçam parar 1.600 ônibus urbanos. O governador do Distrito Federal responde com uma verdadeira operação de guerra, que incluiu bombeiros dirigindo ônibus, carros oficiais à disposição da população para transporte de emergência, permissão para que Kombis particulares

transportem passageiros e um contingente de 1.300 policiais militares nos terminais e ao longo dos itinerários dos coletivos.

Vinte e quatro horas antes que a assembleia geral dos rodoviários votasse, pela deflagração da greve, o Governo do Distrito Federal já tinha pronta uma petição, preparada pelo seu procurador-geral, Humberto Gomes de Barros, pedindo a decretação da ilegalidade da paralisação.

Empresa de Antônio Ermírio demite em massa

A empresa IBAR - Indústria Brasileira de Artigos Refratários S/A -, do Grupo Votorantim, presidida por Antonio Ermírio de Moraes, passou a demitir em massa os seus funcionários, a partir de 5 de fevereiro. No dia anterior, o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo havia julgado ilegal a greve dos trabalhadores da IBAR, deflagrada a 28 de janeiro. Apenas no dia 5 de fevereiro, foram demitidos cerca de 300 operários da IBAR, localizada no município de Poá (SP).

Os dirigentes do Sindicato dos Tra-

balhadores na Construção Civil e no Mobiliário de Mogi das Cruzes, a quem os funcionários da IBAR estão vinculados, consideram histórica a greve na empresa: a última paralização na IBAR ocorreu em 1963. Os sindicalistas consideram ainda mais injusta a decisão do TRT, ao julgar ilegal a greve, pelo fato de que a paralização não continha qualquer reivindicação salarial, mas apenas pontos ligados à melhoria das condições de trabalho e, especificamente, o controle de silicose na fábrica. (AGEN - 11/02/88)

Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas da atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:

Cz\$ 350,00 ☐

Assinatura de apoio:

Cz\$ 500,00 ☐

América Latina: US\$ 60 América do Norte: US\$ 80 Europa, África e Ásia: US\$ 90

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

CEP: _____

Est.: _____

Telefone: _____

Profissão: _____

Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação — Av.



Deu na primeira página do Estado de São Paulo, no dia 26 de fevereiro:

Governo reprime os 50 mil grevistas

Cinquenta mil funcionários públicos em greve (12 mil, segundo a Polícia Militar) marcharam ontem para o Palácio dos Bandeirantes. Não conseguiram chegar: a região do Morumbi estava isolada por um esquema policial do qual faziam parte desde a cavalaria da PM até caminhões do Corpo de Bombeiros. Os ônibus que vinham do Interior eram barrados na marginal Pinheiros e os manifestantes obrigados a descer. As pontes que dão acesso ao Morumbi estavam bloqueadas pelo DSV. Os incidentes começaram às 15 horas, quando os funcionários do Hospital das Clínicas foram barrados pelos policiais. Os grevistas tentaram furar o bloqueio - a cavalaria surgiu, seguido pela tropa de choque da PM, que atirou bombas de gás

lacrimogêneo. Helicópteros sobrevoavam a região. No fim da tarde, os funcionários públicos conseguiram fazer uma assembléia em frente ao estádio do Morumbi. Sem discussão, a continuidade da greve foi aprovada. Os manifestantes foram novamente barrados na avenida Padre Lebrez. Deputados do PT negociaram com o comando da tropa e entraram no Palácio dos Bandeirantes. Uma hora e meia depois, voltaram - foram recebidos pelo secretário de Governo, Antônio Carlos Mesquita, que prometeu corrigir no próximo reajuste as distorções salariais do funcionalismo. O governador Orestes Quércia ficou isolado o dia todo e nem quis divulgar nota oficial.

COMO ANDA A GREVE DO FUNCIONALISMO

Reivindicações

Geral

A greve começou no dia 11 de fevereiro de 1988. Há cerca de 600 mil servidores públicos estaduais. O funcionalismo quer 144,39% de reajuste e, sobre isto, mais 15% de aumento real a partir de 1º de janeiro de 88.

Específica dos professores

Além de salários, os professores querem mudar a instituição de valor fixo para pagamento da hora-aula, transformando-a em porcentagem. Objetivo: não fedir o Estatuto do Magistério.

Específica da Saúde

Equiparação salarial com os médicos da Inamps.

Resposta do governo

Aumento de 70% em média, trimestralidade a partir de janeiro e piso de Cz\$ 13.200,00.

Setores atingidos

Educação

A greve atinge principalmente a Educação. Existem cerca de 200 mil professores estaduais e 4.150 escolas. A Apoesp afirma que 90% dos professores estão em greve. O governo diz que os grevistas são 50% da categoria.

Na saúde, a paralisação atinge parcialmente os funcionários do HC (na capital e em Ribeirão Preto). A Superintendência de Controle de Endemias está totalmente parada. O Hospital do Servidor Público também está totalmente paralisado. Os casos de emergência são atendidos. Há greve parcial minoritária entre funcionários da USP e da Unicamp.

